

DA DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA (1)

Introdução

Quando o *Movimento dos Capitães* enveredou pela conspiração política que levaria ao derrube da ditadura do Estado Novo, não foram poucas as vezes que foi recordado o fiasco do “Golpe Botelho Moniz”, que Salazar ‘demitira’ em Abril de 1961. Dessa recordação, emergia a certeza de não se poder confiar nos generais, sempre muito inclinados a nada arriscar, mesmo quando em desacordo com o regime. De facto, no movimento de 1961, em todas as reuniões de altos responsáveis militares, que poderíamos classificar de “conspirativas”, os oficiais presentes recebiam as necessárias *guias de marcha*, assinadas por quem de direito! Por outro lado, não eram tomadas quaisquer medidas de confidencialidade, porque se acreditava, sinceramente, que era a própria Instituição Militar que se pronunciava em bloco, no maior respeito pela hierarquia e na defesa dos supremos interesses da Pátria. As virtudes militares da obediência, da lealdade e da camaradagem – por esta ordem de prioridade – assegurariam o êxito de qualquer acção de força que viesse a revelar-se indispensável.

Uma das imagens finais do insucesso dos generais ficaria registada de forma concludente através da memória do coronel Viana de Lemos. Quando, na derradeira reunião dos conjurados, se soube que Salazar havia demitido das suas funções os principais implicados, o ‘bater de calcanhares’ foi imediato. Viana de Lemos – que prestava serviço no Secretariado-Geral da Defesa Nacional – refere, dessa última reunião, o seguinte episódio:

Ignoro, ainda hoje, os detalhes do que se passou nessa reunião, mas recordo como se fosse hoje que, no ambiente de tensão que reinava na sala do Chefe de Gabinete, a abertura da porta do gabinete do ministro, onde se realizava a reunião, nos fez estremecer a todos. Era o general Valadares Tavares, comandante da Região Militar do Porto, que pedia uma chamada para o seu 2.º Comandante. E recordo-me da frase que repetiu, com insistência, ao telefone: ***continuamos na legalidade***. Era a derrota.¹

Os capitães perceberam muito bem que não era pela via legal que derrubaríamos a ditadura. No artigo aqui publicado no passado mês de Fevereiro², destaquei o facto de o acto inicial da Revolução de Abril de 1974 enfrentar sérios problemas assim que se tornasse vitorioso. De facto, afirmei então, exceptuando a principal novidade histórica – uma intervenção militar para acabar com uma ditadura e não para dar início a uma –, quase todas as outras características prometiam acarretar grandes dificuldades para a consecução do seu programa:

- O facto de o projecto de democratização encontrar o país em guerra e exigir a resolução simultânea do problema ultramarino;
- A baixa patente dos oficiais que haviam executado o golpe;
- A recusa em serem promovidos aos mais altos postos, inviabilizando, desse modo, o domínio hierárquico da aplicação do seu programa;
- A entrega do poder a uma Junta de Salvação Nacional que não integrava nenhum oficial que tivesse arriscado algo na madrugada de 25 de Abril;
- A opção pela manutenção de uma Comissão Coordenadora, numa atitude de vigilância da acção da JSN, solução que, em ambiente militar, estava condenada a produzir conflitos.

¹ VIANA DE LEMOS, *Dois crises*, p. 47.

² 25 DE ABRIL – DO GOLPE MILITAR À REVOLUÇÃO (E À CONTRA-REVOLUÇÃO).

A ficção da “disciplina revolucionária”

Uma parte substancial dos problemas atrás apontados iria ter reflexos imediatos no funcionamento da hierarquia e da disciplina. A demora no reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação – 90 dias decorreram entre 25 de Abril e 27 de Julho de 1974 – seria motivo de grande abalo na disciplina das tropas que se encontravam em Angola, Moçambique e Guiné. A subversão conduzida na Metrópole por movimentos de extrema-esquerda minaria o moral das tropas que deviam continuar a embarcar para África para render as que estavam em final de comissão, chegando a contaminar as que maior obrigação tinham de resistir a essa quebra de disciplina, como foi o caso de companhias de Polícia Militar.

Mas o andamento do processo revolucionário viria a colocar a subversão da disciplina militar no patamar da luta política, acção que cedo se apoiou num conceito de “disciplina revolucionária” que começou por ‘decretar’ que o Regulamento de Disciplina Militar era ‘fascista’ e que nas Forças Armadas do Portugal de Abril deveria prevalecer uma ‘disciplina consentida’. Esta extravagância, associada à realização de “assembleias”, não tardaria a retirar à maioria das unidades grande parte do seu valor operacional. Esta perda de capacidade militar, que, no contexto da defesa revolução, devia ser considerada uma traição contra-revolucionária, foi, muito pelo contrário, tida como virtude e atributo dos verdadeiros antifascistas!

Anos mais tarde, o secretário-geral do Partido Comunista (PCP), Álvaro Cunhal, haveria de recordar os tempos que se seguiram com um texto de análise bastante lúcido, no qual, depois de salientar “o extraordinário desenvolvimento e a vida intensa das estruturas democráticas”, lamentava que não se tivessem verificado outros factores, entre os quais referia...

...que os métodos democráticos não descambassem em democratismo, corroendo a disciplina e a capacidade e a prontidão de intervenção e criando condições para manobras e jogadas da reacção e do esquerdismo desmobilizador...

O que, na sua opinião...

...levou a uma dissociação entre o MFA e a hierarquia, a conflitos no quadro permanente e a uma perda de operacionalidade das unidades fundamentais. A situação agravou-se quando, sem se tomarem medidas de fundo, concepções radicalistas começaram a hostilizar o quadro permanente e a ameaçá-lo de substituição por uma nova oficialidade, segundo projectos ainda mal esboçados. O descontentamento alargou-se a milhares de oficiais.³

Esta análise é tão lúcida e verdadeira que, provavelmente, merecia que o PCP tivesse combatido abertamente essa vaga de hostilização dos oficiais do QP. Nas fileiras, a maioria dos oficiais que tomaram atitudes de censura relativamente à indisciplina foi imediatamente catalogada de reaccionária ou fascista, não se livrando desta classificação mesmo aqueles que tinham participado activamente no derrube da ditadura.

Enquanto prossegue a intensa campanha de doutrinação revolucionária – feita por poucos mestres, nem sempre muito competentes e capazes de utilizar a persuasão em vez da intimidação – o MEDO começa a trabalhar a favor da contra-revolução. Como o idealismo revolucionário convidava à exaltação, os apóstolos da nova doutrina lidavam mal com as dúvidas e os desacordos de quantos deles se aproximavam. Daí a lançarem epítetos de *fascistas* e *reaccionários* era um curto passo. As vagas de prisões efectuadas no seguimento do 28 de Setembro e do 11 de Março espalharam um tipo de receio que os portugueses tinham conhecido até havia pouco mais de um ano. A maioria dos não-revolucionários passou a gerir as suas atitudes com alguma prudência e dissimulação, esperando por melhores dias para voltar à superfície. Iniciava-se a *Resistência*, na qual participariam muitos democratas, civis e militares, e à qual se aliariam diversas forças de pendor anticomunista e conservadora, como era de esperar em semelhante circunstância.

³ CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa – O Passado e o Futuro*, pp. 128-129.

Nas Forças Armadas, o cenário descrito no parágrafo anterior foi replicado com os mesmos contornos. Entre os oficiais que haviam arriscado tudo na madrugada de 25 de Abril, havia uma maioria que tinha a noção do resvalamento para o absurdo e se preparava para remar contra a corrente revolucionária. Desses, alguns tiveram a coragem de o manifestar frontalmente desde os últimos meses de 1974, mas houve outros que, apesar de terem a legitimidade conferida pela participação no acto libertador, se deixaram manietar por questões de camaradagem ou de compreensível simpatia por uma ideologia que, benevolmente, se propunha proteger os mais desfavorecidos.

Este fenómeno era particularmente visível no Exército, ramo das Forças Armadas que assumira, quase exclusivamente, os riscos do derrube da ditadura. Nos outros dois ramos, o comportamento da oficialidade foi algo diferente. A Marinha – que na reunião de Cascais, de 5 de Março de 1974, claramente desconfiara de um golpe que levasse Spínola ao poder – emergiu em 26 de Abril com um invulgar ânimo revolucionário. Dispondo de quadros mais politizados, tanto em oficiais como em sargentos e praças do Quadro Permanente, não tardaram a ascender na hierarquia revolucionária. A Força Aérea, por seu turno, assumiu mais claramente a sua inclinação conservadora e foi-se distanciando de uma confusão revolucionária nada consentânea com o cariz tecnicista da sua especialidade militar.

Nesta matéria, o PCP, através do seu Secretário-Geral, deixou-nos uma memória sobre as acusações que foram feitas ao PCP de ter procurado “manipular” o MFA, imputações que considera injustas. Segundo Álvaro Cunhal...

As tendências para o *controlo* do MFA, ou pelo menos de certas estruturas militares, por grupos políticos resultaram de posições facilitadas a grupos esquerdistas em diversas unidades. A necessidade de combater a reacção, por um lado, e os preconceitos anticomunistas, por outro, levaram a uma larga abertura das unidades a oficiais e sargentos milicianos de tendências esquerdistas. Instalados em várias unidades e no COPCON, alguns grupos procuraram submeter outros órgãos do MFA ao seu dirigismo político. Estas tendências de *controlo* do MFA por partidos e grupos políticos foram um dos principais factores de divisões, conflitos e cisões no MFA e de dificuldades e erros na sua aliança com o movimento popular.⁴

Esta análise, embora nada diga sobre a passividade com que o partido assistiu a esta evolução, é essencialmente correcta. A influência dos oficiais milicianos que, tendo saído recentemente das universidades, haviam abraçado alguma das várias correntes da extrema-esquerda, foi, no capítulo de propaganda ideológica, desproporcionadamente marcante e perturbadora da disciplina. Como, para os sectores mais conservadores, todos eles eram apodados de “comunistas”, o PCP acabaria por ser penalizado por muitos actos para os quais não dera nenhuma contribuição, mas dos quais também não se demarcara quando isso seria útil.

A indisciplina como arma política

Dizer que a Revolução terminou em 5 de Setembro de 1975, na assembleia de Tancos, parece precipitado, embora tenha sido ali que foi travada a última grande batalha política no interior do MFA. O período que se segue até 25 de Novembro foi um tempo de intensa oposição ao rumo que o governo de Pinheiro de Azevedo pretendia imprimir ao período de transição que faltava cumprir, oposição essa que teve uma forte componente militar, precisamente sob a forma de acções de indisciplina. Segundo o tenente-coronel Arnão Metelo, oficial da esquerda militar, o Directório gonçalvista centrou então o seu objectivo em...

...neutralizar as unidades, impedindo que estas pudessem fazer o que fizeram no 25 de Novembro, e nesse sentido os SUV faziam parte deste plano e camuflavam uma determinada intervenção que não era anárquica, mas antes pelo contrário, estava organizada e hierarquizada. O nosso objectivo

⁴ CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa – O Passado e o Futuro*, p. 135.

fundamental era quebrar a operacionalidade das unidades adversárias pela acção que desenvolvíamos a partir de elementos de confiança que tínhamos em cada unidade. Mas quanto mais se radicalizava o processo, menor graduação tinham os nossos homens de confiança.⁵

De facto, logo a 8 de Setembro, surgia na imprensa a notícia da organização de uma manifestação que teria lugar no Porto, dois dias depois, e na qual participariam soldados, sargentos e oficiais revolucionários, unidos sob a sigla SUV – ‘Soldados Unidos Vencerão’. Segundo noticiava o *Diário de Lisboa* desse dia 8, “a luta que esta organização pretende levar a efeito nos quartéis visando desmascarar todos os militares fascistas e reaccionários, e lutar até às últimas consequências pela Revolução poderá ter efeitos decisivos”.⁶

A prometida manifestação teria lugar no Porto, em 10 de Setembro, reunindo dezenas de milhares de pessoas, entre as quais um grande bloco de militares uniformizados, sendo ouvidas palavras de ordem como “soldados, sempre, sempre ao lado do povo”, “reaccionários fora dos quartéis”, “abaixo o pré de miséria” e “transportes gratuitos já!”, entre outras.

O estado de pré-rebelião existente no seio de algumas unidades militares pertencentes à Região Militar de Lisboa – cujo comandante era, por acumulação de funções, o general Otelo Saraiva de Carvalho – tinha agora como protagonista o Regimento de Polícia Militar (RPM). Em 25 de Setembro a imprensa dava conta de sérios indícios de agitação. O comando do RPM mandara reunir um plenário da unidade, tendo, na respectiva convocatória, declarado que se punha...

...a todos os militares revolucionários deste Regimento um desafio: vamos desistir, baixar os braços, ou, pelo contrário, vamos continuar, unir-nos ainda mais na defesa dos interesses das classes exploradas deste país, vamos agarrar com firmeza este Regimento e demonstrar que podemos avançar sem o concurso (por vezes sabotador de alguns) dos elementos que agora mostram claramente o que pensam da Revolução em Portugal?

Esta última parte era uma referência ao pedido de transferência de 12 oficiais discordantes da condução dos destinos da unidade e que haviam alegado, como justificação para a saída, justamente aquilo que o comando contestou e que o plenário repudiou, nos termos da seguinte moção:

Considerando que o avanço da escalada reaccionária e fascista dentro dos quartéis se tem vindo a desenhar cada vez com maior agressividade e que com essa agressão visa desagregar o espírito combativo dos militares progressistas dentro das unidades (caso EPSM⁷, EPI e, agora, o RPM), propõe-se: dar todo o apoio ao comando do RPM na prossecução dos objectivos de transformação revolucionária da nossa unidade; considerar aceite (com inteira satisfação) o pedido de afastamento dos oficiais reaccionários que, num esforço desesperado, tentam provocar divisões no seio da unidade; alertar todos os camaradas revolucionários para o facto de esta manobra reaccionária se enquadrar numa ampla ofensiva da direita nos quartéis, que visa isolar os comandos progressistas e neutralizar a unidade revolucionária.⁸

Este estado de espírito, que era partilhado por outras unidades da Região Militar de Lisboa, não tardaria a ter graves consequências. Em 26 de Setembro, sabia-se que faltavam poucas horas para que, em Espanha, fossem fuzilados cinco guerrilheiros urbanos antifranquistas. Perante a possibilidade de a notícia do fuzilamento poder provocar manifestações violentas contra alguns interesses espanhóis em Portugal, o COPCON fora encarregado de montar um dispositivo de protecção do consulado e da embaixada de Espanha, sendo, para o efeito, atribuída essa missão ao RALIS, uma das unidades onde a “disciplina revolucionária” era convictamente seguida.

⁵ CERVELLÓ, J. Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola*, p. 252.

⁶ *Diário de Lisboa* de 08-09-1975, p. 20.

⁷ Escola Prática do Serviço de Material.

⁸ *Diário de Lisboa* de 25-09-1975, p. 4.

Não tendo a ordem sido cumprida, nessa noite de 26 para 27 de Setembro, os edifícios espanhóis seriam saqueados e destruídos, dando, uma vez mais, ao mundo uma péssima imagem de Portugal e da sua capacidade em matéria de segurança de instalações diplomáticas.

Um mês depois, surgiria na imprensa um comunicado do COPCON no qual se faziam alguns esclarecimentos sobre as razões que haviam provocado a não-intervenção das forças do RALIS nessa noite de 26/27 de Setembro:

1. Com o título ‘O RALIS podia ter evitado a destruição da Embaixada’, publicou o ‘Jornal Novo’, na sua edição de 29 de Outubro, uma despropositada entrevista com um oficial do COPCON, cuja identidade omitiu.
2. Oportunamente, foi determinado por este comando um inquérito para apuramento das responsabilidades do RALIS no lamentável caso da destruição da Embaixada de Espanha. Não se encontrando o mesmo ainda concluído, consideram-se abusivas e ilegítimas as declarações do entrevistado.
3. Contrariando as frases que legendam as duas fotografias da primeira página, pode desde já no entanto adiantar-se que a partir das 15 horas da véspera do incêndio da Embaixada, o comandante do RALIS e o major Dinis de Almeida estiveram presentes, até cerca das 21 e 30 horas, no Centro de Sociologia Militar, em uma reunião da ADR da RML, finda a qual foram jantar a um restaurante, regressando à unidade cerca das 2 e 30 horas do dia seguinte, hora a que o major Dinis de Almeida foi informado, realmente, da ordem que havia sido dada pelo COPCON. O resto constará das conclusões do inquérito a discutir logo que este termine.⁹

O comunicado prosseguia, depois, dando conta da identificação do oficial que concedera a entrevista e das medidas disciplinares que lhe seriam aplicadas. Compreende-se mal a necessidade de vir a público com esta explicação, sobretudo porque para punir o oficial não era obrigatório revelar o comprometedor grau de prontidão do RALIS, muito distante do grau de fidelidade à revolução socialista.

Como a DISCIPLINA era essencial para a travagem da revolução, as suas virtudes passaram a ter um significado político decisivo. O PCP, cultivador a nível interno da mais apurada disciplina e do mais extremado sentido da obediência, na conjuntura que vimos tratando não considerou útil alinhar na sua defesa pública, na parte aplicável às Forças Armadas. Numa entrevista para a rádio francesa, em 13 de Outubro, Álvaro Cunhal diria que o seu partido defendia “a disciplina e a ordem democrática”, mas, acrescentou, “o PCP pensa que a disciplina nas Forças Armadas deve coincidir com a linha de comando do MFA e a linha revolucionária do Portugal de hoje, único meio de haver ordem nas Forças Armadas. O estilo ‘ancien régime’ de disciplina morreu.”¹⁰ Esta aparente ‘rendição’ do PCP à tese da ‘disciplina revolucionária’ – na qual não podiam sinceramente acreditar – era bem um sinal de desagregação existente no campo que sonhara com uma imparável vanguarda.

(continua)

David Martelo – Março de 2020

⁹ *Diário de Lisboa* de 30-10-1975, p. 6.

¹⁰ *Diário de Lisboa* de 14-10-1975, p. 17.